XXI FAC-FEA LIVRE
Semana Acadêmica Cultural e XVII Encontro de iniciação Científica da FAC-FEA

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EM PSICOLOGIA

Adriele Tsutsumi VIEIRA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: adriele.vieira@feata.edu.br

Anna Luiza Costa SOARES
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: anna.soares@feata.edu.br

Eloá Gisele dos Santos de JESUS
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: eloa.jesus@feata.edu.br

Isabela Andrade ANTONIOLO
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: isabela.antoniolo@feata.edu.br

Kaira Fernanda SANTOS
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: kaira.santos@feata.edu.br

Letícia Rocha OLIVEIRA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: leticia.oliveira@feata.edu.br

Mariana Silva Zancheta de SOUSA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: mariana.zancheta@feata.edu.br

Angela Inês LIBERATTI
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC- FEA)
e-mail: angela.liberatti@feata.edu.br

EIXO: Ciências Humanas, Sociais e da Saúde

RESUMO
A temática do trabalho é a relação entre a Psicologia e as políticas públicas no Brasil, mostrando como a profissão se consolidou e passou a atuar em diferentes áreas sociais. A pesquisa foi realizada em bibliografia composta por leis que regulamentaram a profissão, documentos oficiais sobre saúde e educação, além de produções acadêmicas que analisam a trajetória da Psicologia no país. Esse conjunto permitiu compreender tanto a evolução histórica quanto os desafios atuais. O objetivo principal foi mostrar como a Psicologia ultrapassou o espaço clínico tradicional para se tornar parte fundamental de políticas públicas voltadas à saúde, educação, assistência social e justiça. Buscou-se destacar a importância social dessa ciência e como ela contribui para a promoção de direitos, a redução de desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa. A elaboração do trabalho foi feita a partir da organização de marcos legais e históricos que marcaram a presença da Psicologia

na vida pública brasileira. Iniciou-se com a regulamentação da profissão em 1962, seguida pela criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia em 1971. Em seguida, destacou-se o movimento antimanicomial das décadas de 1970 e 1980, que questionou a lógica dos manicômios e fortaleceu a luta por uma sociedade sem exclusão. A Constituição de 1988 foi outro ponto essencial, pois ampliou o espaço do psicólogo nas políticas públicas. Ao longo desse processo, a Psicologia foi se inserindo em diferentes contextos: no Sistema Único de Saúde, com os Centros de Atenção Psicossocial e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família; na assistência social, com os CRAS e CREAS; na educação, com a Lei de 2019 que garantiu a presença de psicólogos nas escolas; e também no sistema de justiça e prisional, por meio de laudos e ações de ressocialização.Os resultados dessa trajetória mostram que a Psicologia no Brasil não se limita ao atendimento individual. Ela se tornou uma prática voltada ao coletivo, comprometida com a cidadania, a dignidade humana e a transformação social. Apesar dos avanços, permanecem desafios como a falta de recursos, a sobrecarga de profissionais, as desigualdades regionais e os estigmas ligados à saúde mental. Ainda assim, o trabalho confirma que a Psicologia é uma profissão que combina ciência e compromisso social, com papel essencial na defesa dos direitos humanos e na busca por uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: psicologia; políticas públicas; saúde mental.